

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1. NÃO** é hipótese de expressão do princípio constitucional da igualdade:
 - A. a obrigatoriedade de que as compras e aquisições do Poder Público sejam feitas por meio de licitação;
 - B. a obrigatoriedade do concurso público para a investidura em cargo ou emprego público;
 - C. a tipificação do racismo como crime;
 - D. a inviolabilidade do domicílio.

- 2.** Assinale a alternativa que corretamente aponta uma das competências dos Estados Federados:
 - A. legislar sobre desapropriação;
 - B. proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
 - C. legislar privativamente sobre previdência social;
 - D. legislar privativamente sobre a Defensoria Pública.

- 3.** Assinale a alternativa que **NÃO** aponta um dos legitimados ativos para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão junto ao Supremo Tribunal Federal:
 - A. os Prefeitos dos Municípios;
 - B. a Mesa do Senado Federal;
 - C. o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
 - D. entidade de classe de âmbito nacional.

- 4.** O administrador público que comissiona cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, viola o princípio constitucional da:
 - A. eficiência;
 - B. economicidade;
 - C. moralidade;
 - D. legalidade.

- 5.** A Constituição Federal prevê como direito fundamental:
 - A. o recebimento de informações dos órgãos públicos, salvo aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos e prazos da lei;
 - B. a liberdade de expressão da atividade de comunicação, condicionada à obtenção de licença;
 - C. a liberdade de locomoção em território nacional, e a de entrar e sair dele, vedada a restrição pela lei;
 - D. a liberdade de associação, vedado o exame de sua finalidade.

- 6.** Sobre o direito à educação, é correto afirmar:
 - A. o ensino superior universitário é previsto como direito subjetivo, sendo dever do Estado, obrigatório e gratuito a todos;
 - B. é competência concorrente da União e dos Estados legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional;
 - C. a educação é prevista na Constituição como direito social destinado aos hipossuficientes;
 - D. as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

- 7.** Sobre a advocacia, é correto afirmar:
 - A. a Constituição Federal determina que os atos e manifestações do advogado, no exercício de sua profissão, são absolutamente invioláveis;
 - B. não há vedação a que os Defensores Públicos exerçam a advocacia fora de suas atribuições institucionais;
 - C. aos membros do Ministério Público é vedado exercer a advocacia;
 - D. é vedado aos juízes exercerem a advocacia no juízo ou tribunal no qual atuavam, antes de decorridos 4 (quatro) anos do afastamento do cargo por aposentadoria.

8. Assinale a alternativa que **NÃO** indica um instrumento previsto na Constituição Federal para o controle de constitucionalidade, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal:

- A. a arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- B. a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal em face da Constituição Federal;
- C. a ação direta de constitucionalidade de lei federal;
- D. a ação direta de inconstitucionalidade por omissão que impugna a omissão do legislador federal em regulamentar dispositivo constitucional.

9. A Constituição Federal prevê como direito social:

- A. a propriedade;
- B. a inviolabilidade do domicílio;
- C. o direito de petição;
- D. a previdência social.

10. A Constituição Federal prevê que a República Federativa do Brasil tem como fundamento:

- A. o pluralismo político;
- B. a extradição;
- C. a intervenção, em suas relações internacionais;
- D. a dignidade da pessoa humana, enquanto brasileiros natos ou naturalizados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. De decisão interlocutória cabe, em regra, o recurso de:

- A. agravo de instrumento;
- B. agravo retido;
- C. embargos infringentes;
- D. recurso ordinário.

12. Sobre as prerrogativas da Fazenda Pública em juízo, é correto afirmar:

- A. a Fazenda dispõe de prazo em dobro para contestar e recorrer;
- B. a Fazenda dispõe de prazo em dobro para contestar e em quádruplo para interpor recurso de apelação;
- C. a Fazenda dispõe de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer;
- D. a Fazenda dispõe de prazo em dobro para apresentar contestação, interpor recurso de apelação e recursos aos tribunais superiores.

13. Um aluno da Universidade de São Paulo impetra mandado de segurança contra o Diretor de sua Unidade de ensino, alegando que sofreu dano moral em sala de aula e pleiteando indenização correspondente. Sobre as condições da ação no caso concreto, é correto afirmar:

- A. há ilegitimidade de parte;
- B. há falta de interesse processual na modalidade utilidade;
- C. há impossibilidade jurídica do pedido;
- D. há falta de interesse processual na modalidade adequação.

14. O artigo 132 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869/1973) dispõe que “o juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor”. Tal dispositivo está relacionado com o princípio:

- A. da inércia;
- B. da concentração dos atos processuais;
- C. do juiz natural;
- D. da celeridade processual.

- 15.** O art. 273 do CPC traz expressamente as hipóteses de concessão de tutela antecipada, dentre as quais **NÃO** se inclui:
- A.** pedido de acordo com tese já pacificada por meio de súmula vinculante do STF;
 - B.** existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;
 - C.** um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso;
 - D.** caracterização do manifesto propósito protelatório do réu.
- 16.** Sobre os prazos processuais, é **INCORRETO** afirmar:
- A.** salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento;
 - B.** em regra, o encerramento do expediente forense antes da hora normal não enseja a prorrogação do prazo;
 - C.** se o vencimento cair em feriado, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte;
 - D.** quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, o prazo começa a correr da data de juntada aos autos do mandado cumprido.
- 17.** O possuidor, direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá mover:
- A.** ação de reintegração de posse;
 - B.** ação de nunciação;
 - C.** ação de demarcação;
 - D.** ação de interdito proibitório.
- 18.** São ações expressamente previstas no art. 5º da Constituição Federal, também denominadas de remédios constitucionais:
- A.** habeas corpus; habeas data; mandado de segurança, ação rescisória e reclamação constitucional;
 - B.** habeas corpus; habeas data; mandado de segurança e mandado de injunção;
 - C.** ação declaratória de constitucionalidade; ação direta de inconstitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade por omissão e arguição de descumprimento de preceito fundamental;
 - D.** habeas corpus; mandado de segurança; rescisória e reclamação constitucional;
- 19.** Sobre os embargos infringentes:
- A.** são cabíveis quando o acórdão mantém a sentença de mérito do primeiro grau, mas não é unânime;
 - B.** admitidos, ensejam a rediscussão de toda a matéria abarcada no recurso de apelação;
 - C.** interpostos os embargos, haverá abertura de prazo para contrarrazões;
 - D.** devem ser precedidos da oposição de embargos de declaração, como condição de conhecimento;
- 20.** Conforme expresso no artigo 282 do CPC, devem ser elementos da petição inicial:
- A.** os nomes, prenomes, estado civil e profissão do autor e do réu;
 - B.** o fórum e o endereço do juízo ao qual é destinada;
 - C.** a nacionalidade, o gênero e o domicílio do autor e do réu;
 - D.** o número do processo.

**DIREITO DO TRABALHO E DIREITO
PROCESSUAL DO TRABALHO**

- 21.** Sobre a rescisão do contrato de trabalho, é correto afirmar:
- A.** É possível que haja rescisão do contrato de trabalho com ou sem justa causa, sendo que, na segunda hipótese, o empregador está obrigado ao pagamento de indenização ao empregado;
 - B.** Segundo as regras da CLT, o empregado só pode ter seu contrato de trabalho regulamente rescindido se houver justa causa para tanto;
 - C.** Independentemente da existência ou não de justa causa, a rescisão do contrato de trabalho enseja o pagamento ao empregado de indenização correspondente a 1 (um) mês de remuneração por ano de serviço efetivo;
 - D.** Desde que haja pagamento da indenização devida, o empregador pode rescindir o contrato de trabalho com qualquer empregado, independentemente de sua condição pessoal ou na empresa.
- 22.** Sobre a concessão das férias, é incorreto afirmar:
- A.** Excepcionalmente, e desde que o empregado não seja menos de 18 (dezoito) e maior de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias poderão ser concedidas em 2 (dois) períodos, um deles não podendo ser inferior a 10 (dez) dias;
 - B.** Compete ao empregado a escolha do período de gozo das férias;
 - C.** As férias serão concedidas por ato do empregador, em regra, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito;
 - D.** O empregado estudante e menor de 18 (dezoito) anos terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- 23.** Sobre o trabalho insalubre e o perigoso, é correto afirmar:
- A.** o trabalho com exposição permanente a explosivos é considerado insalubre, ensejando a percepção de um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário;
 - B.** arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, caberá, alternativamente, a produção de prova documental, testemunhal ou pericial que comprove essas condições;
 - C.** o direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física;
 - D.** é nula a opção do empregado pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido, em detrimento do adicional de periculosidade.
- 24.** Sobre o horário de labor, é correto afirmar:
- A.** a importância da remuneração da hora suplementar será, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal;
 - B.** os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, desde que estas não excedam 1 (uma) por dia;
 - C.** o acordo de compensação de horas poderá ser firmado individualmente, desde que o período de compensação não exceda 1 (um) ano;
 - D.** em regra, considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, seja aguardando ou executando ordens.

25. Dispõe o artigo 66 da CLT: “entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.”. Trata-se do:
- A. descanso semanal remunerado;
 - B. período especial de descanso;
 - C. intervalo interjornada;
 - D. intervalo para repouso e alimentação.
26. O art. 468 da CLT, segundo o qual “nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia”, é fundamento para o reconhecimento da existência de qual princípio do Direito do Trabalho?
- A. princípio da primazia da realidade;
 - B. princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas;
 - C. Princípio da norma mais favorável;
 - D. princípio da intangibilidade salarial.
27. Assinale a alternativa que **NÃO** constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:
- A. alcoolismo crônico;
 - B. condenação criminal do empregado, transitada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
 - C. ato de indisciplina ou de insubordinação;
 - D. violação de segredo da empresa;
28. Das decisões no processo trabalhista, são admissíveis os seguintes recursos, exceto:
- A. apelação
 - B. agravo de petição
 - C. recurso ordinário
 - D. recurso de revista
29. Os prazos para a USP interpor recurso ordinário e recurso de revista são:
- A. 8 (oito) e 15 (quinze) dias, respectivamente;
 - B. 8 (oito), em ambos os casos;
 - C. 16 (dezesesseis) e 30 (trinta) dias, respectivamente;
 - D. 16 (dezesesseis) dias, em ambos os casos;
30. Sobre a terceirização trabalhista, é correto afirmar, considerando especialmente os termos da Súmula 331 do TST:
- A. a responsabilidade solidária dos entes da administração pública direta e indireta decorre de conduta dolosa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora;
 - B. como o art. 37, II, da Constituição Federal, determina a prévia realização de concurso público pela Administração Pública para contratação de servidores ou empregados públicos, não há como reconhecer o vínculo de trabalhadores terceirizados para com o ente público;
 - C. em regra, não se admite a terceirização em atividade-fim, exceto nas hipóteses previstas em rol taxativo da CLT;
 - D. a responsabilidade do tomador de serviços abrange somente as verbas previdenciárias decorrentes da condenação.

31. Um agente público, ao conduzir seu veículo oficial, abalroa o muro da casa de um particular. Assinale a alternativa que corretamente reflete as consequências jurídicas em face das regras constitucionais atinentes à responsabilidade extracontratual do Estado:

- A. o particular deve acionar a pessoa do agente público para obter ressarcimento, uma vez que ele é o único responsável pelo dano causado;
- B. o Estado responde pelo dano causado ao particular. No entanto, o particular deverá comprovar que o agente público agiu com culpa ou dolo ao conduzir o veículo oficial;
- C. somente o Estado responderá pelos danos causados ao particular, sendo inviável o regresso contra o agente público, uma vez que este estava apenas no exercício regular de sua função pública;
- D. o Estado responde pelo dano causado à casa do particular, sendo-lhe assegurado o direito de regresso contra o agente público, caso este tenha agido com dolo ou culpa na condução do veículo oficial;

32. Assinale a alternativa que indica uma das hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei nº 8.666/93:

- A. para a contratação de profissional do setor artístico;
- B. para contratações em que haja inviabilidade de competição;
- C. para a contratação de obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- D. quando o tempo do processamento da licitação possa prejudicar as compras e serviços, conforme planejamento anual da Administração.

33. Sobre a anulação dos atos

administrativos, é correto afirmar:

- A. a anulação não é instrumento próprio para que a Administração retire atos administrativos por motivos de conveniência e oportunidade.
- B. a anulação de ato administrativo com vício de legalidade é dever do Poder Judiciário, mas faculdade da Administração, a ocorrer mediante o exercício do poder discricionário;
- C. em regra, atos administrativos com vícios de competência, de motivo e de forma são considerados convalidáveis;
- D. constatado o vício, a Administração pode anular quaisquer de seus atos de ofício, a qualquer tempo e independentemente de instauração de processo administrativo;

34. A Lei nº 8.666/93 **NÃO** prevê como princípio das licitações:

- A. julgamento objetivo;
- B. vinculação ao instrumento convocatório;
- C. informalismo procedimental;
- D. publicidade.

35. Leia atentamente as afirmações abaixo, a respeito dos elementos dos atos administrativos:

I – O objeto é a alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar.

II – O motivo do ato administrativo é o resultado que a Administração pretende alcançar com a prática do ato.

III – A forma é o meio pelo qual se exterioriza a vontade administrativa.

Agora responda:

- A. todas as alternativas estão corretas;
- B. apenas as alternativas I e III estão corretas;
- C. apenas a afirmação I está correta;
- D. apenas as afirmações II e III estão corretas.

36. Sobre as entidades da Administração Pública Indireta, é correto afirmar:

- A. as agências reguladoras, como a ANEEL, são empresas públicas sob regime especial;
- B. as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, com participação majoritária ou minoritária do Poder Público;
- C. o Banco do Brasil, a Petrobrás e os Correios (EBCT) são exemplos de empresas públicas;
- D. as autarquias gozam de imunidade tributária;

37. Sobre os princípios infraconstitucionais, é correto afirmar:

- A. O princípio da continuidade dos serviços públicos motiva a regra constitucional de que qualquer greve no setor público deve manter as atividades em funcionamento;
- B. O princípio da supremacia do interesse público justifica o poder do Estado de desapropriar bens de particulares, desde que haja indenização posterior.
- C. O princípio da supremacia do interesse público justifica o poder da Administração de, em hipóteses específicas previstas na legislação, atingir a coisa julgada e os atos jurídicos perfeitos;
- D. O princípio da indisponibilidade significa que a Administração não tem livre disposição dos bens e interesses públicos, pois é mera gestora deles, cuja efetiva titularidade é atribuída à coletividade.

38. Assinale a alternativa que **NÃO** ilustra uma hipótese de exercício do poder discricionário pela Administração:

- A. a decisão da Municipalidade entre construir um parque ou um estádio;
- B. a decisão de uma universidade pública sobre o número de vagas de determinado curso de educação superior;
- C. a concessão de um alvará de licença de funcionamento de um estabelecimento comercial;
- D. a dosimetria da pena em regular processo administrativo disciplinar, respeitado o princípio da razoabilidade.

39. Identifique a alternativa que **NÃO** corresponde a uma prerrogativa da Administração, relativamente aos contratos administrativos:

- A. indeferimento de reajuste do valor contratual;
- B. aplicação de penalidades administrativas;
- C. fiscalização da execução do contrato;
- D. alteração unilateral do objeto contratual, acrescendo até 25% do quantitativo originalmente previsto.

40. O servidor público adquire a estabilidade constitucional:

- A. após três anos da nomeação para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;
- B. após três anos de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado em virtude de concurso público;
- C. após dois anos de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo para o qual foi comissionado;
- D. após três anos da nomeação para cargo, emprego ou função pública, independentemente da seleção por concurso público ou por comissionamento.

DIREITO CIVIL

- 41.** Sobre a vigência das leis, é correto afirmar:
- A.** a lei em vigor terá efeito imediato e geral, mas deve invariavelmente respeitar o ato jurídico perfeito.
 - B.** salvo disposição em contrário, a lei entra em vigor 60 dias após sua publicação;
 - C.** em regra, quando a lei revogadora perde a vigência, a lei revogada volta a vigor, salvo disposição em contrário;
 - D.** o período de *vacatio legis* é contado a partir da aprovação da lei.
- 42.** Sobre a integração das normas jurídicas, é correto afirmar:
- A.** a analogia se relaciona com o princípio *ubi eadem ratio, ibi idem jus*, ou, em outras palavras, que a situações semelhantes deve-se aplicar a mesma regra de direito.
 - B.** o costume é a fonte primária de integração das normas jurídicas no sistema jurídico brasileiro;
 - C.** o costume *contra legem* (que se opõe à lei) só é admitido como fonte de integração das normas jurídicas quando a lacuna não pode ser suprida pelo emprego dos demais instrumentos, como a analogia ou a interpretação extensiva.
 - D.** os princípios gerais do direito são aqueles previstos nos artigos 1º, 3º e 4º da Constituição Federal.
- 43.** Sobre a classificação dos bens, é correto afirmar:
- A.** a lei considera móveis os direitos reais sobre objetos móveis e as ações que assegurem o direito real sobre imóveis;
 - B.** são fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância;
 - C.** os bens divisíveis o são por sua natureza, qualificação que não pode ser alterada por convenção entre as partes;
 - D.** uma biblioteca de livros raros de um colecionador constitui uma universalidade de fato;
- 44.** O erro que torna anulável o negócio jurídico deve ter determinadas características. Assinale a alternativa que **NÃO** elenca uma delas:
- A.** substancial ou relevante;
 - B.** cognoscível ou escusável;
 - C.** induzido por terceiro;
 - D.** real ou que cause efetivo prejuízo.
- 45.** Quanto à diferença entre atos jurídicos em sentido estrito e negócios jurídicos, é correto afirmar que:
- A.** apenas no negócio jurídico em sentido estrito existe autonomia da vontade quanto à gênese da relação jurídica;
 - B.** em ambos está presente a autonomia da vontade quanto à regulamentação dos efeitos da relação jurídica;
 - C.** em ambos está presente a autonomia da vontade quanto à gênese da relação jurídica;
 - D.** apenas no ato jurídico em sentido estrito existe autonomia da vontade quanto à regulamentação dos efeitos da relação jurídica;

- 46.** Prescrição e decadência extinguem:
- A. a pretensão;
 - B. o direito potestativo;
 - C. o direito potestativo e a pretensão, respectivamente;
 - D. a pretensão e o direito potestativo, respectivamente.
- 47.** Sobre os efeitos e extensão das relações obrigacionais das pessoas jurídicas, é **INCORRETO** afirmar:
- A. nas causas que lhe cabe intervir, o Ministério Público pode requerer a desconsideração da personalidade jurídica;
 - B. pela decisão que desconsidera a personalidade jurídica, o juiz determina que os efeitos de determinadas relações obrigacionais sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;
 - C. o desvio de finalidade e a confusão patrimonial são elementos que podem motivar a desconsideração da personalidade jurídica;
 - D. nas hipóteses em que o abuso de personalidade é evidente, o magistrado pode determinar de ofício a desconsideração da pessoa jurídica.
- 48.** Sobre a mora, é correto afirmar:
- A. nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou;
 - B. não havendo termo para o adimplemento da obrigação, a mora se constitui de pleno direito;
 - C. o credor não pode rejeitar o adimplemento extemporâneo da obrigação pelo devedor;
 - D. como regra geral, o devedor em mora não responde pela impossibilidade da prestação decorrente de caso fortuito ou força maior ocorrida durante o atraso.
- 49.** Antigo professor da USP decide doar sua biblioteca à Unidade onde lecionava. No contrato de doação, exige que a USP conserve a biblioteca integralmente e que a atualize em caso de publicação de novas edições dos livros que compõem o acervo doado. Trata-se de doação:
- A. pura e simples;
 - B. a termo;
 - C. com encargo;
 - D. oculta.
- 50.** Sobre o contrato de compra e venda, é correto afirmar:
- A. no contrato de compra e venda, as partes podem convencionar que competirá exclusivamente a uma delas fixar o preço;
 - B. o contrato de compra e venda pode ser celebrado tendo como objeto coisa que ainda não existe;
 - C. pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de um bem em contrapartida à transferência do domínio de outro bem;
 - D. até o momento da tradição, os riscos da coisa e do preço correm por conta do comprador.